

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.828, DE 2007

Altera a Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, e a Lei n.º 7.679, de 23 de novembro de 1988, para dispor sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado PAULO ROCHA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 1.828, de 2007, do Senado Federal, visa alterar a Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, que “Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal”.

Objetiva ainda o projeto alterar a Lei n.º 7.679, de 23 de novembro de 1988, que “Dispõe sobre a proibição da Pesca de Espécies em Períodos de Reprodução, e dá outras providências.”

Em sua justificção, o autor do projeto, Senador Leonel Pavan, alega que muitas vezes há demora no pagamento do benefício do seguro-desemprego o que compromete o sustento das famílias que vivem da pesca.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP; Seguridade Social e Família - CSSF; Finanças e Tributação – CFT e Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

A CAPADR, em reunião extraordinária realizada no dia 12 de março de 2008, aprovou unanimemente o projeto em exame, nos termos do parecer do Relator, Deputado Wandenkolk Gonçalves.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A modificação procedida no § 2º do art. 1º da Lei n.º 10.779, de 2003, visa determinar que o período de defeso fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, deverá ser comunicado, oficialmente, 15 dias antes da data de seu início ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat e ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Em seguida, o projeto em exame cria mais dois artigos para a referida lei. O art. 2º-A estabelece que o pagamento da primeira parcela do benefício será efetuado ao pescador artesanal no primeiro dia do período de defeso decretado pelo Ibama e o das parcelas subsequentes, a cada intervalo de 30 dias.

O art. 2º-B determina que o benefício do seguro-desemprego será requerido pelo pescador artesanal, nos órgãos competentes, a partir da data de publicação do ato normativo que estabelecer o início do período de defeso, até o seu final, não podendo ultrapassar o prazo de 180 dias.

Finalmente, o projeto propõe criar um parágrafo único para o art. 2º da Lei n.º 7.679, de 1988, para dispor que o ato normativo que fixa o período de defeso será publicado com antecedência mínima de 15 dias em relação à data de início da proibição da pesca.

Essas mudanças nas referidas leis são fruto de antigas reivindicações dos pescadores que sofrem com a demora no pagamento do

benefício que se constitui na única fonte de receita para a sobrevivência de suas famílias no período de defeso.

Apesar de concordamos quase na íntegra com o projeto, que visa corrigir algumas distorções do sistema de pagamento do seguro-desemprego, propomos uma modificação em seu texto, baseada em sugestão contida no Parecer Técnico ao projeto, elaborado pela Secretaria de Estado da Pesca e Aqüicultura do Pará.

Trata-se do aumento do prazo de 15 dias para a comunicação da fixação do período de defeso. Segundo o referido parecer, esse prazo é insuficiente, visto que o pescador terá apenas esse período para requerer o benefício. Se ele por algum motivo ou dificuldade de deslocamento só o fizer no último dia do prazo, somente receberá o benefício após 30 dias. Ou seja, depois do início da proibição. Assim, somando-se 15 dias para a publicação e comunicação ao órgão pagador, mais os 30 dias para o Sine regional analisar os documentos e proceder ao pagamento, culminará na situação vigente, que o projeto pretende modificar. Para solucionar esse problema, sugerimos alterar esse prazo para 60 dias.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.828, de 2007, com as emendas ora apresentadas.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado PAULO ROCHA
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**PROJETO DE LEI Nº 1.828, de 2007**

Altera a Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, e a Lei n.º 7.679, de 23 de novembro de 1988, para dispor sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado PAULO ROCHA

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º da Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, proposto pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....
§ 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre, a cuja captura o pescador se dedique.

§ 3º O período de defeso de que trata o § 2º deste artigo deverá ser comunicado pelo Ibama ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador – Codefat e ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sessenta dias antes da data do seu início.(NR)

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado PAULO ROCHA

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**PROJETO DE LEI Nº 1.828, de 2007**

Altera a Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, e a Lei n.º 7.679, de 23 de novembro de 1988, para dispor sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado PAULO ROCHA

EMENDA Nº 2

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 7.679, de 23 de novembro de 1988, proposto pelo art. 3º do projeto, a seguinte redação:

"Art.2º.....

.....

Parágrafo único. O ato normativo a que se refere o "caput" deste artigo será publicado com antecedência mínima de sessenta dias em relação à data de início do período de proibição da pesca. (NR)

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado PAULO ROCHA